

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

Sabiafro - when school and community meet to build anti-racist knowledge

Márcia Moreira Custódio
Bianca Magela Melo
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
Pirapora-MG-Brasil

Resumo

O texto trata do relato de experiência da concepção, desenvolvimento e dos resultados do I Seminário Afro-Brasileiro e Indígena (Sabiafro), organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG - *campus* Pirapora. Ancorado nas legislações que subsidiam as políticas de implementação da temática étnico-racial nos currículos e de ações afirmativas na educação, o evento foi costurado como um encontro de experiências de pessoas da comunidade externa e da escola. Adotando uma metodologia da pesquisa participativa, as ações contaram com o posicionamento ativo e crítico do público, visando diagnosticar a qualidade e buscar melhorias. O resultado mostrou o protagonismo discente, a expansão dos horizontes em prol de ações para uma educação antirracista e a criação de uma rede de diálogo com agentes da comunidade e pesquisadores.

Palavras-chave: *campus* Pirapora; Sabiafro; Neabi.

Abstract: The text brings an experience report presenting the conception, development and results of the I Afro-Brazilian and Indigenous Seminar (Sabiafro), that was organized by the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Nabis), of the Federal Institute of Northern Minas Gerais – IFNMG - *campus* Pirapora. Based on the laws that subsidize the policies for the implementation of ethnic-racial themes in curriculum and affirmative action in education, the event was conceived as a meeting of experiences of people from the external community and the school. From the perspective of participatory methodology, the actions relied on the active and critical positioning of the public, aiming to diagnose quality and intervene in the search for improvements. The result showed the student protagonism, the expansion of horizons to carrying out actions in favor of an anti-racist education and the establishing a network of dialogue with community agents and researchers.

Keywords: *campus* Pirapora; Sabiafro; Nabis.

Introdução

O presente texto relata as ações do evento de extensão I Seminário Afro-Brasileiro e Indígena (I Sabiafro) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG - *campus* Pirapora, realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). Inicialmente, para sustentar a importância da realização desse tipo de evento, é relevante contextualizar, resumidamente, o município de Pirapora em seus aspectos históricos e os últimos dados populacionais registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no recorte étnico-racial.

Na esteira histórica, convém falar do nome do município, Pirapora, que tem origem tupi-guarani, significando "Salto do peixe". Construído por meio da junção dos termos pirá ("peixe") e pora ("Salto"), o nome faz referência ao período da desova dos peixes, quando eles saltam sobre a água para vencer as corredeiras do rio e, assim, alcançam a cabeceira, local mais propício para a desova. Sobre os primeiros habitantes do município, os indígenas, conta-se que, temendo a aproximação dos brancos pelo litoral e tribos vizinhas, os Cariris teriam subido o rio São Francisco, aportando na área hoje compreendida pelo município de Pirapora, onde se fixaram defronte à corredeira, estabelecendo sua aldeia justamente no local onde atualmente situa-se a Praça Cariris.

Segundo dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a composição da população de Pirapora-MG correspondia a 53.368, da qual um somatório de 40.582 (76%) pessoas, inseridas no grupo pretas e pardas, autodeclarou-se negra, tendo também 104 (0,19%) indígenas. Diante desses números, fica evidente que, em comparação com o perfil social nacional na categoria cor/raça, o percentual de pessoas negras é bastante elevado (no censo 2010, a população negra – pretos e pardos – somou 50,94% dos brasileiros). É relevante citar que no município de Buritizeiro, localizado no entorno de Pirapora, há uma comunidade com remanescentes quilombolas,ⁱ ainda não certificada e, no município de Lassance, a cerca de 80km, existe um quilombo certificado pela Fundação Cultural Palmares (Quilombo João Martins e Tira Barro).

Outro fator importante a se considerar diz respeito não apenas ao número da população indígena apresentado no censo 2010, como também à presença dos povos da etnia Cariris na origem do município, reconhecidos como seus primeiros habitantes. Na atualidade, vive na região, entre Pirapora e Buritizeiro, um grupo indígena da etnia Tuxá.

Portanto, trata-se de um município pródigo da diversidade étnico-racial negra e indígena, configurando-se terreno fértil para a atuação do Neabi, no cumprimento de sua finalidade de promoção da discussão das relações étnico-raciais, nos termos da Lei nº 11.645/2008, e da Resolução CP/CNE nº 01/2004, pautada na construção da cidadania, por meio da valorização da identidade étnico-racial, especialmente de negros, afrodescendentes e indígenas (IFNMG, 2021, p. 4).

Por isso, em parceria com grupos e movimentos sociais da comunidade externa, aconteceu no dia 26 de novembro de 2022 a culminância da primeira edição do Seminário Afro-Brasileiro e Indígena (Sabiafro). Trazendo o tema “Dez anos da Lei de Cotas: avanços e desafios na implementação das políticas de ações afirmativas na Educação”, o evento teve o objetivo de promover um espaço multidisciplinar de aprendizagem, com foco na discussão e disseminação de resultados de estudos e pesquisas na temática étnico-racial, no que tange às políticas de inclusão da população negra e indígena na educação.

É importante falar das motivações que levaram à construção de um evento que acontecesse próximo ao dia 20 de novembro. O Dia Nacional da Consciência Negra é uma data que valoriza de maneira ampla a história, a cultura e a ciência produzidas por negros e negras. Portanto, com vistas à celebração e à reflexão, foi considerado bastante oportuno realizar o I Sabiafro no dia 26/11, por ser consenso geral a abertura de momentos de discussão e socialização das conquistas e desafios na luta pela implementação de políticas de superação da negação de direitos e de invisibilidade da história e da presença de um coletivo étnico-racial – Neabi – na educação.

Vale destacar que a construção do título e da identidade visual do seminário nasceu dos encontros e reuniões entre membros do Neabi do *campus* Pirapora, que, animados com a perspectiva da realização do evento, sentiram-se inspirados, a ponto de conceberem uma identidade com tonalidade poeticamente brasileira e local. Assim, evocando o poema “Canção de exílio”, de Gonçalves Dias, principal representante da Primeira Geração do Romantismo brasileiro, o título Sabiafro foi construído por meio da união (aglutinação) dos termos Sabiá e Afro, este remetendo a afro-brasileiro. Já a identidade visual trouxe representada a Ponte Marechal Hermes, patrimônio cultural que liga a cidade de Pirapora a Buritizeiro, junto a elementos representativos da cultura afro-brasileira e indígena. Desse modo, ressaltamos que o evento local está em sintonia com discussões amplamente debatidas em território nacional.

Imagem 1. Identidade visual do Sabiafro



Fonte: arquivo das autoras

A partir dessa perspectiva, buscamos estabelecer parcerias com pesquisadores, grupos e movimentos sociais do entorno, representados por membros do Núcleo de Estudos e Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Municipal da cidade de Várzea da Palma, da Associação Amaê Berimbarte, da Associação Clube de Literário Tamboril e ainda pelo artista plástico local Paulo Terra. Todo o processo de concepção do seminário foi intensamente discutido em reunião entre o Neabi e os grupos acima descritos, buscando, ao mesmo tempo, ampliar as discussões e as perspectivas sobre o tema, bem como estabelecer e consolidar a parceria com outras instituições de ensino, com a sociedade civil organizada, com pesquisadores e público geral da comunidade externa.

Sobre o Neabi e a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008

O Neabi do IFNMG *campus* Pirapora foi institucionalizado em 2016 e seu Regulamento passou por revisão pela Resolução Consup nº 155 de 15 abril de 2021. Trazendo como finalidade o acompanhamento na eficácia da Lei nº 12.711/2012 e a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, no *campus* Pirapora, o Núcleo vem desenvolvendo ações no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, que contemplam os diversos aspectos da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, pautada na construção da cidadania, por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de afrodescendentes e indígenas. Segundo Oliveira e Costa (2019),

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os diferentes grupos correlatos espalhados em várias instituições de ensino no país, derivam do processo de democratização do Estado, criado a partir do contexto de luta e reivindicações do Movimento Negro diante da necessidade do aprofundamento do debate sobre as questões raciais e da importância de ampliação dos espaços políticos, institucionais e acadêmicos para negros(as) descendentes de africanos escravizados no Brasil (OLIVEIRA; COSTA, 2019, p. 1-2).

Destacando o caráter estratégico dos NEABs, Ferreira; Coelho (2019) pontuam que:

[...] os NEABs em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Comissão Técnica Nacional de Diversidade para assuntos relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA) constituíram-se no decorrer dos anos, pós-aprovação da Lei n.10.639/2003, como órgãos partícipes nos processos de formulação, implantação e implementação de ações de promoção da igualdade racial (FERREIRA;COELHO, 2019, p. 219-220).

Entende-se, portanto, que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 colocam os Neabis como elementos dinamizadores do processo de institucionalização da educação das relações raciais nas instituições e em seu entorno, uma vez que:

[...] ganham cada vez mais importância e significado como espaços de formação política com caráter pedagógico e de produção do conhecimento contra-hegemônico. Ao combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses Núcleos, ao mesmo tempo, combatem o racismo institucional atuando de forma efetiva nas diferentes instâncias e órgãos que compõem a estrutura universitária e as relações de poder institucionalizado (OLIVEIRA; COSTA, 2019, p. 4-5).

Vale lembrar também que, conforme o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (BRASIL, 2009, p. 46), documento que aponta as ações da competência dos NEABs e Grupos Correlatos como o Neabi, dentre outras ações, devem ser realizadas por esses Núcleos a formação continuada dos professores e estudantes, a elaboração de material didático específico, a mobilização de recursos para a implementação da temática e a divulgação e disponibilização de estudos e pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada, no âmbito das leis vigentes, a saber, 10.639/03 e 11.645/08.

Uma vez que as supracitadas leis consistem em políticas de ação afirmativa pautada na demanda por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, o Neabi, dentro do IFNMG, “tem a finalidade de promover a discussão das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, de forma a contribuir para a promoção da equidade racial” (IFNMG, 2021, p. 4). Sabe-se, no entanto, que a equidade racial na educação requer o reconhecimento da diferença. Conforme aponta o parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 003/2004 (CNE/CP 003/2004), “reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2004, p. 3).

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

Com efeito, pelo fato de se tratar de uma instituição de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, que traz uma base educacional humanístico-técnico-científica, a introdução da temática étnico-racial, para além de sua implementação nos currículos, opera na reafirmação da formação humana e cidadã que se encontra no cerne dos seus princípios educativos. Segundo Pacheco (2020), os Institutos Federais têm como objetivo “[...] formar o cidadão capaz de compreender os processos produtivos e qual o seu papel nestes processos, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí” (PACHECO, 2020, p. 11). Portanto, as instituições que fazem parte da:

[...] Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica podem encontrar no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana mais um elemento para a superação da dualidade entre formação humanística e formação profissional. Isso porque os cursos médios integrados aos cursos técnicos podem produzir uma integração fértil e inovadora dentro do universo representado pela ciência e a cultura (FONSECA; ROCHA, 2019, p. 4).

Nesse sentido, a presença do Neabi no *campus* Pirapora é tão providencial quanto necessária para a formação humanística, visto que sua atuação visa à inclusão da temática étnico-racial no currículo, subsidiando ações educacionais antirracistas, em todos os níveis e modalidades do ensino. E a realização do Sabiafro, pelo foco na Educação das Relações Étnico-Raciais, vai ao encontro das atribuições do Neabi/IFNMG, de modo que, a partir das demandas sociais do município de Pirapora e seu entorno, seja promovida a discussão das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, de forma a contribuir para a promoção da equidade racial (IFNMG, 2021, p. 4).

Tais considerações são importantes para posicionar o leitor acerca dos condicionantes teóricos, políticos e pedagógicos que envolveram o projeto. Ou seja, com esse olhar foi pensado em promover dentro do IFNMG *campus* Pirapora um momento de debate a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais. A ideia foi de se criar um espaço formal de discussão e circulação dos saberes, em que indivíduos representantes ocupassem o lugar principal da palavra.

Embora algumas razões estejam já bem delineadas, vale complementar que o seminário propiciou um espaço de discussões referentes à base curricular na esteira de pressupostos epistemológicos, filosóficos, socioantropológicos e psicossociais, pensados a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). No que tange ao acesso e ao pertencimento dos/as estudantes na instituição de ensino, as ações estimularam o

protagonismo discente, dando ênfase à relação da escola com as vivências e experiências dos/das estudantes negros/as e indígenas, por meio da socialização, da construção e do debate de conhecimentos e saberes que permitiram compreender e atuar na própria realidade.

Costura entre as comunidades interna e externa

Promover um espaço multidisciplinar de aprendizagem, de disseminação de estudos, pesquisas, além da reflexão em torno da temática étnico-racial com foco nas políticas públicas de inclusão da população negra e indígena na educação compõe um resumo do objetivo principal do evento. Sendo assim, é essencial estimular o protagonismo discente, o que foi feito a partir das seguintes ações: (a) envolvimento de estudantes na organização e desenvolvimento das ações do evento (produção de formulários de inscrição, de avaliação etc.); (b) trabalho multidisciplinar de exposição temática por estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; (c) participação discente como debatedores em mesa temática; (d) apresentação e exposição de trabalhos artísticos/culturais/acadêmicos (músicas, desenhos, produção de texto etc.) produzidos pelos/pelas discentes.

O outro viés imprescindível, como já delineado, foi o fortalecimento da relação do *campus* com a comunidade (através da realização das seguintes oficinas): (a) oficina de capoeira; (b) curso de Formação continuada de servidores da educação que atuam nos anos iniciais da educação básica; (c) oficina literária desenvolvida por associação local; (d) exposição de trabalho de artista plástico piraporense no *campus*. Interessados em refletir sobre os desafios dos agentes de consolidação das ações afirmativas na Educação (Neabis e grupos correlatos), também se optou pela realização de uma mesa-redonda sobre o tema, como logo será detalhado.

Modos de ação

O I Sabiafro teve suas ações planejadas e executadas por membros do Neabi e demais servidores do IFNMG *campus* Pirapora, juntamente com estudantes voluntários e membros da comunidade externa. Por meio de abordagem qualitativa e participativa, a metodologia se pautou nas legislações que subsidiam as políticas de implementação da temática étnico-racial nos currículos e de ações afirmativas na educação.

Iniciando o planejamento em setembro de 2022, por meio de reuniões, os membros do núcleo elaboraram um cronograma descritivo das atividades, do orçamento e do direcionamento de responsabilidades, que contemplasse um período de 4 meses entre o

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

início e o encerramento das ações, visto que se tratava de um projeto submetido ao Edital de Extensão de Fluxo Contínuo do IFNMG (Número 02/2022), com prazo limite de execução para dezembro do mesmo ano.

A partir dessa definição, os membros responsáveis por ações específicas realizaram o levantamento de pesquisadores, especialistas e artistas acessíveis para a participação nos eventos elencados – palestras, debates, oficinas, exposições e apresentações culturais –, tanto em âmbito interno quanto externo ao IFNMG. Através de e-mail institucional, o Neabi, via gabinete da direção, enviou os convites para pessoas da comunidade externa.

Visando à participação efetiva dos/das estudantes do IFNMG, de modo a estimular o protagonismo discente, foram articuladas 02 ações de projetos de ensino, em parceria com professores/ras das turmas, para culminarem no dia do evento. Para as turmas do médio integrado foi criado o projeto “Somos afro-brasileiros e indígenas”, uma ação multidisciplinar que, para sua execução, foi compartilhada uma planilha com os/as docentes na qual poderiam escolher temas previamente levantados por membros do Neabi e, também, poderiam sugerir outros temas para serem distribuídos para as turmas e trabalhados em grupos pelos/pelas alunos/as em forma de pesquisa. Tais temasⁱⁱ foram apresentados no dia do evento, em forma de exposição, para toda a comunidade presente, pelas turmas dos primeiros e segundos anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médioⁱⁱⁱ e, durante a explanação, os/estudantes foram avaliados por servidores e convidados. Para garantir um maior envolvimento dos/das estudantes nas pesquisas, decidiu-se pela construção de uma ficha de avaliação a ser aplicada no dia da apresentação da exposição, cujo resultado poderia ser aproveitado pelos/las docentes nas diferentes formas de avaliação de seu componente curricular.

Com as turmas do ensino superior, foi trabalhado pelo professor da área do Direito, com uma turma do curso de Bacharelado em Administração, um projeto em forma de Situação-Problema, com o tema “10 anos da Lei de Cotas (12.711/2012): mecanismos de efetivação, avanços e obstáculos”, a partir do qual os/as discentes realizaram trabalhos de Simulação de Trâmite de Lei e Proposta de Emenda Constitucional, apresentado em uma das mesas no dia do evento.

Ainda na trilha do envolvimento dos/das estudantes, além de serem convidados a atuar como voluntários na organização do encontro (produção de formulários de inscrição, de avaliação, monitores de oficinas etc.) e na abertura e encerramento, realizaram exposição de trabalhos artísticos de própria autoria e em apresentações culturais/acadêmicas (músicas,

desenhos, pinturas e teatro) e atuaram como palestrantes em mesa temática (Palestra: Experiências decoloniais: o olhar do discente do IFNMG *campus* Pirapora), discutindo experiências de aprendizagens decoloniais.

No âmbito do fortalecimento da relação do *campus* com a comunidade, o Neabi articulou parcerias com pesquisadores, movimentos sociais e artista local. A fim de atender à demanda de servidores da rede municipal da cidade de Várzea de Palma, organizou uma oficina de Formação continuada de profissionais da educação que atuam nos anos iniciais da educação básica, aplicada no dia do evento. Em parceria com lideranças de movimentos negros da comunidade, foi organizada a oficina na temática indígena, Literatura indígena e educação ambiental. E, visando o conhecimento, a valorização e a divulgação do trabalho de artistas locais, foi feito contato com um artista plástico da região, solicitando uma exposição de suas obras no pátio do *campus*.

Algumas ações aconteceram no decorrer do processo, ou seja, antes da culminância do evento Sabiafro, a exemplo do projeto de extensão, já na 2ª edição, “Coletivo Negro e Comunidade Literária Ipê, Ori, Erô: negritude, afirmação e construção da identidade por meio da educação”, que realiza um trabalho de leitura, debate, divulgação de escritores/as e pensadores/as negros, negras e indígenas. Desse modo foi considerado pertinente promover um momento de discussão entre pesquisadores e militantes, de maneira a se refletir sobre suas experiências, o que subsidiou a realização da mesa redonda “Desafios dos agentes de consolidação das ações afirmativas na Educação: NEABIs e grupos correlatos”. Para esse momento, foram feitos convites à mestra de capoeira Lu Baobá,^{iv} que desenvolveu oficina com os/as estudantes do *campus*.

Para a divulgação do I Sabiafro, foram utilizadas as redes sociais do *campus* Pirapora – *Instagra*, *WhatsApp*, e-mail institucional e site oficial. As ações no dia do I Sabiafro aconteceram nos turnos matutino e vespertino, contando com servidores, público da comunidade interna e externa ao IFNMG *campus* Pirapora à frente das atividades, na mediação e na participação.

A presença no evento dava direito ao certificado com o registro da carga horária referente à atividade de participação mediante a inscrição nos eventos. Pela gratuidade e simplicidade oferecida ao usuário, optou-se pelo cadastramento do evento na plataforma Even3 (<https://www.even3.com.br/sabiafro-seminario-afro-brasileiro-e-indigena-do-ifnmg-campus-pirapora-294116/>), que trazia aos participantes, ao acessarem a página para a

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

realização das inscrições nas atividades, informações referentes ao evento e a descrição de cada atividade. Foram designados membros discentes do Neabi para auxiliar na realização das inscrições.

Com a intenção de intervir no planejamento de futuros projetos com vistas a garantir resultados cada vez melhores, foi utilizado o formulário *Google Forms* para a realização do diagnóstico do evento. Desse modo, buscando conhecer o público atendido, bem como seu interesse, ao final de algumas atividades, os participantes eram convidados a responder a uma avaliação com perguntas subjetivas e objetivas, que solicitavam informações que abrangiam dados relativos a eles (idade, escolaridade, autodeclaração racial, gênero), aos conteúdos expostos e à forma de apresentação. As avaliações diagnósticas foram aplicadas ao final das Mesas 4 (Simulação de Trâmite de Lei e Proposta de Emenda Constitucional: 10 anos da Lei de Cotas) e 5 (*Curso de Formação Anos Iniciais - Educação antirracista: saberes e fazeres*).

Resultados vivos: debate, reflexão, formação, exposições, arte e experimentações da expressividade

Atingindo com sucesso os resultados esperados, a realização do seminário possibilitou a expansão dos horizontes de informações sobre a questão étnico-racial, principalmente no que se refere à formação de uma rede de diálogo entre pesquisadores, pessoas da comunidade e instituições. Esse êxito se conferiu também pelo protagonismo de indivíduos em formação que, futuramente, terão papel fundamental na construção de uma sociedade mais consciente sobre o racismo estrutural e, conseqüentemente, mais humana.

De maneira mais intensa no turno matutino, os/as estudantes protagonizaram diferentes momentos do evento. Mediada pelo professor de Língua Inglesa (Prof. Dr. Christiano Titoneli Santana), a Mesa 1, composta por quatro estudantes do ensino médio integrado e um do superior, foi responsável por trazer o olhar discente sobre práticas pedagógicas decoloniais experienciadas por eles no âmbito do IFNMG *campus* Pirapora. Nesse momento foram relatadas experiências e impressões de estudos em sala de aula com obras de autoria negra como Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis, além de trazerem o olhar sobre os projetos desenvolvidos pelo Neabi no *campus* e na comunidade. Bem fundamentado epistemologicamente, o professor mediador apresentou uma proposta de abordagem decolonial para se trabalhar na disciplina de Língua Inglesa.

Visando a uma educação que supere o racismo e as intolerâncias e desigualdades por ele provocadas, a exposição desenvolvida pelos estudantes dos cursos integrados ao ensino médio, por meio do projeto “Somos afro-brasileiros e indígenas”, trouxeram uma abordagem crítico-reflexiva dos temas propostos. Nessa ação os/as docentes trabalharam com os/as alunos os temas anteriormente sugeridos, orientando pesquisas e discussões que levaram à percepção do racismo estrutural e a formas de combatê-lo.

Um dos temas abordado pelas turmas, a riqueza das religiões de matriz africana no Brasil, provocou reflexões sobre a intolerância a essas religiões, levando à construção de ações de valorização e respeito da crença cultural negra. Tal como ressalta Santos (2011), essa exposição evidenciou, de forma positiva, o lugar do Candomblé como:

[...] espaço e ao mesmo tempo agente mantenedor e transformador da memória do povo negro. É por meio, principalmente dele, que as lembranças de lutas e resistência, bem como reafirmação da crença e de identidades são asseguradas, “recuperadas” e revisitadas, a despeito de todos os esforços empregados, tanto por parte da sociedade elitista, como por parte do Estado brasileiro, na tentativa de silenciar, apagar essas histórias e memórias (SANTOS, 2011, p. 8).

De fato, na base das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, a religião deve ser compreendida e ensinada como parte constituinte da cultura, sendo, assim, papel da escola a (re)leitura do legado cultural dos povos africano-brasileiros e ameríndios, imprimindo aspectos positivos na apropriação e disseminação desse acervo cultural, no que abrange seus sistemas de crença e cosmovisão. A exposição dessa temática atraiu membros da comunidade pertencentes a religiões de matriz africana, que apreciaram com orgulho a abordagem adotada pelos/pelas estudantes durante a apresentação.

Ora, a exposição de conteúdos na temática étnico-racial vai ao encontro do pensamento de Quijano (2005), que teoriza sobre a importância de se criar uma consciência histórica, pois, com isso, entenderíamos a expressão da colonialidade que cerceia todos os aspectos de nossa vida social. Isso porque, para o autor, a colonialidade seria a herança estratificante deixada nas relações econômicas, políticas e culturais mesmo após o território ser resultado de um processo de “descolonização”. Nas palavras do autor, “[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 130), e essa possibilidade, segundo ele, dá-se por meio do processo educacional.

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

A turma do 1º ano do curso de Edificações, sob a orientação da professora de Língua Portuguesa (Profª Dra. Bianca Magela Melo Silva), desenvolveu pesquisa sobre Carolina Maria de Jesus, estudando a vida e as obras da autora. O resultado do trabalho foi apresentado na exposição em forma de miniteatro, de apresentação geral sobre a autora, trazendo um panorama com outras obras e, também, por meio de leitura visual. A turma, juntamente com outras de 1º ano, também criou um *blog* (sabiafropoestudantes.blogspot.com) muito rico, com diversas informações sobre o Sabiafro, onde é possível conferir vários momentos do evento.

A utilização do *blog* como ferramenta de ensino-aprendizagem, além de estimular a criatividade, possibilita a participação ativa do/da estudante na construção do conhecimento, na medida em que exige a elaboração do pensamento para o exercício da escrita e a seleção de textos em diferentes linguagens para atrair o interesse na leitura, pois é um canal interativo aberto à participação do leitor. Esse gênero digital permite o protagonismo, permitindo a autoria individual e coletiva. Conforme explica Gomes (2005, p. 313):

[...] os blogs permitem tornar visível a produção escrita dos seus autores dando assim “voz” às suas ideias, interesses e pensamentos. Participar num blog que tenha uma audiência pode ser um estímulo à reflexão e produção escrita desde que exista uma orientação e acompanhamento nesse sentido.

Os temas apresentados por cada turma, bem como a metodologia utilizada pelos/pelas estudantes para a exposição do I Sabiafro foram registrados no *blog*, eivados de um senso crítico e, também, de afeto, demonstrando um forte envolvimento com a atividade proposta. Além da criação do *blog*, as ações resultaram na construção de textos dos gêneros notícia, entrevista, diário, poesia entre outros, em consonância com conteúdos que vinham sendo trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa nas várias turmas participantes da atividade.

No turno vespertino, durante a Mesa 4, dedicada a uma simulação de trâmite de lei e proposta de emenda constitucional voltada para a Lei de Cotas, os estudantes do ensino superior trouxeram sua contribuição ao evento, discutindo mecanismos de efetivação, avanços e obstáculos da Lei 12.711/2012. Dois professores da área do direito (Profº Me. Guilherme Gonçalves Alcântara e Profª Dra. Renata Maurício Sampaio, ambos docentes do IFNMG campus Pirapora) foram responsáveis pela proposta do trabalho e pela mediação da

mesa, que foi a culminância de um trabalho desenvolvido durante as aulas de Direito, com as turmas do curso de Bacharelado em Administração.

Os estudos se pautaram nos artigos 5º e XLII da Constituição Federal, bem como nas regulamentações a este parágrafo, no Artigo 140 do Código Penal e nas leis que sedimentam as políticas públicas de ações afirmativas no âmbito da educação. Pautando-se em 04 direções,^v os grupos ou comissões apresentavam as proposições de suas matérias, que eram submetidas à discussão e, por fim, recebiam o pronunciamento sobre seu mérito. Foi um momento pródigo de reflexão sobre as questões socio-históricas, econômicas e políticas que envolvem o campo jurídico na constituição de políticas públicas de ações afirmativas a Educação em prol das minorias no Brasil, a saber, os grupos sociais que sempre foram desprezados, marginalizados e excluídos do processo de desenvolvimento social. Com efeito, conforme assinala Almeida (2019, p.151):

No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção de direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, as de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teóricas de grande relevância. Ainda assim, é sabido que o destino das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade.

Nesse sentido, é importante compreender que a implementação de políticas de ações afirmativas ocorre através de mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais e populares. Do ponto de vista político e jurídico, essas políticas constituem mecanismos de reparação histórica, com vistas à garantia de direitos fundamentais e sociais a todos os cidadãos, num país que se diz democrático. Daí a importância de a escola promover momentos de discussões abertas sobre o tema, de modo que a comunidade envolvida compreenda os efeitos dessas políticas na educação na redução das desigualdades e, assim, busque lutar pela sua continuidade e aperfeiçoamento.

A avaliação da Mesa 4 teve a participação de 31 pessoas, das quais 12 são do sexo masculino e 19 do feminino, com faixa etária de 17 a 45 anos. Destas, 4 se autodeclararam brancas, 18 pardas e 9 pretas. Sobre a escolaridade, 22 pessoas cursavam o superior, 6 possuíam o ensino médio completo, 1 cursava o ensino médio, 1 com doutorado e 1 com especialização.

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

Na pergunta sobre o conhecimento da Lei 12.711/2012, dos 31 participantes, 9 responderam que não conheciam e 22 disseram conhecer a legislação. Quanto ao item que perguntou a respeito de o participante ser beneficiário das cotas, 20 afirmaram ter sido ou ser estudante cotista e 11 disseram que não são/foram usuários das cotas.

Sobre o formato e a continuidade da Lei 12.711/2012, dos 31 participantes, 2 responderam que as políticas de ações afirmativas devem continuar e com o mesmo formato; 28 afirmaram que as políticas de ações afirmativas devem continuar a existir a longo prazo, mas com mais propostas; 1 pessoa respondeu que as políticas de ações afirmativas devem acabar; ninguém marcou o item que afirmava que as políticas de ações afirmativas devem continuar, mas serem abandonadas em breve.

A Mesa 3 (Literatura Indígena e Educação Ambiental) foi organizada e desenvolvida por um segmento da sociedade civil, a Associação Clube Literário Tamboril, sediada em Pirapora-MG. A oficina constituiu uma ação do Projeto “Práticas para adiar o fim do mundo – a literatura indígena como inspiração para a reancestralização”, desenvolvido em parceria com o Instituto Chamex. Os participantes debateram acerca do potencial contribuição da literatura e da cosmovisão indígena para a reconexão da sociedade ocidental com o mundo natural, em torno do objetivo de pensar coletivamente as práticas para adiar o fim do mundo, incentivando posturas que implicam na vivência de uma cidadania ativa no que diz respeito à proteção do meio ambiente.

A propósito e reiteradamente, uma das atribuições do Neabi é a articulação de parcerias com a sociedade civil organizada. Para tanto, é necessário que a escola, dentro de sua gestão democrática, reconheça que, além dos espaços formais de aprendizagem, há outras dimensões da realidade social igualmente produtoras de saber, capazes de potencializar a educação. Uma vez instalada em Pirapora, o IFNMG se tornou pertencente a essa comunidade e, como tal, busca realizar um trabalho de reconhecimento, resgate e acionamento de todas as capacidades e potencialidades organizativas locais, de modo a fomentar a formação de sujeitos emancipados e estimulados a transformarem seu entorno social.

Com o objetivo de evidenciar as potencialidades artísticas da região, o Neabi convidou o artista plástico piraporense Paulo Terra para expor suas obras no *campus*. O trabalho desse engenhoso artista se destaca por fazer o resgate histórico e a valorização da identidade cultural barranqueira da região e por trazer elementos da sustentabilidade e da consciência

ambiental por meio da reutilização de peças metálicas, um mix de sucata, engrenagens e autopeças, na confecção de suas esculturas. O vínculo identitário do trabalho de Paulo Terra com a memória da região provocou a reflexão sobre a função social da instituição na comunidade, que, na perspectiva cultural, ao estabelecer conexões de valorização cultural de grupos e segmentos sociais específicos, constitui-se em território de inclusão e de construção da identidade desse povo. O trabalho de Paulo Terra ficou exposto no *campus* por cerca de quinze dias.

Quando é preciso agir conforme a demanda local

A criação da Mesa 5 (Curso de Formação Anos Iniciais - Educação antirracista: saberes e fazeres) foi específica dentro da lista de atividades do Sabiafro, pois partiu de uma demanda da Secretaria de Educação de Várzea da Palma, município localizado a 40km de Pirapora. A secretaria solicitou a parceria do Neabi na organização de um momento de formação com foco na Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) voltado a servidores/as da rede municipal de ensino que atuam nos anos iniciais da educação básica. Para a realização da ação, o Neabi articulou a vinda da professora Ma. Stella Jacinto, pedagoga com formação na ERER com ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental, para ministrar a oficina no dia da culminância do I Sabiafro, que aconteceu nas dependências do *campus* Pirapora.

Desse modo, com abordagem teórica e prática, o objetivo da formação foi o de promover um aperfeiçoamento para o exercício de práticas pedagógicas antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco na valoração da história e cultura afro-brasileira e indígena, de modo a subsidiar esses/essas servidores/as na implementação da Lei nº 11.6545/2008 no interior da sala de aula e no ambiente escolar. Considerando o tempo dedicado à formação, que teve uma duração de 3h, a ênfase metodológica recaiu sobre a prática de oficinas, por meio dos seguintes passos: (1) Atividade dialogada a respeito do que é a ERER; (2) Oficina em um único grupo: Possibilidades de desenvolver a ERER através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (jogos virtuais acerca da cultura indígena); (3) Oficina em pequenos grupos para trabalhar diferentes jogos, tais como simetria através dos símbolos adinkra, dominó africano, bingo adinkra, jogo da memória afroindígena, jogo de conceitos, animais africanos (pegada/sombra), personalidades negras, quebra-cabeças, leitura deleite entre outros; (5) Aplicação de questionário de avaliação sobre o curso.

Para Libâneo (2004), a formação continuada do docente tem como objetivo o aperfeiçoamento profissional de modo a desenvolver uma cultura geral mais ampla, pois,

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista

segundo ressalta o autor, “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional” (LIBÂNEO, 2004, p.227). Na mesma linha, Gatti (2008) afirma que o conceito de educação continuada compreende o “aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais” (GATTI, 2008, p.58).

A avaliação da Mesa 5 contou com 32 participantes, dos quais foram 31 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, na faixa etária entre 26 e 61 anos. Sobre a atuação dos participantes no ensino fundamental I, 50% marcaram que ocupam a função de analista e diretor educacional, 3 disseram ser docentes do 1º ano, 3 do 2º ano, 3 do 3º ano, 3 do 4º ano e 2 do 5º ano. Dois dos participantes não atuavam no ensino fundamental I. Na autodeclaração racial, 28 dos participantes se afirmaram negras (22 pardas e 6 pretas) e 4 brancas.

No item que perguntava se possuíam certificação de formação na temática afro-brasileira e indígena, 27 responderam não possuir formação; 2 tinham especialização na temática; 2 passaram por formação continuada (30 a 120h), 1 fez curso de aperfeiçoamento (180h).

Já na questão que pedia para informar se já desenvolveu ou está desenvolvendo projeto acerca das temáticas abordadas nas leis 10.639/03 e 11.645/08, 50% responderam que sim e os outros 50% disseram que não.

Sustentando a necessidade da temática étnico-racial na formação dos/das professores/as, Brito (2014, p. 75) explica que a EREER “comparece de forma residual nos currículos de formação de professores nos cursos de pedagogia e das mais diversas licenciaturas”, corroborando uma visível dificuldade da abordagem do tema no ambiente escolar, pelo fato de os/as profissionais se sentirem inseguros e sem o devido preparo para discuti-los. A principal intervenção dos docentes participantes foi a falta de formação no tema e as muitas dúvidas sobre o assunto que surgem no cotidiano. Essa formação ganhou repercussão por meio das redes sociais da Prefeitura Municipal de Várzea da Palma.^{vi}

A avaliação da Mesa 5 contou com 32 participantes, dos quais foram 31 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, na faixa etária entre 26 e 61 anos. Sobre a atuação dos participantes no ensino fundamental I, 50% marcaram que ocupam a função de analista e diretor educacional, 3 disseram ser docentes do 1º ano, 3 do 2º ano, 3 do 3º ano, 3 do 4º ano e

2 do 5º ano. Dois dos participantes não atuavam no ensino fundamental I. Na autodeclaração racial, 28 dos participantes se afirmaram negras (22 pardas e 6 pretas) e 4 brancas.

No item que perguntava se possuíam certificação de formação na temática afro-brasileira e indígena, 27 responderam não possuir formação; 2 tinham especialização na temática; 2 passaram por formação continuada (30 a 120h), 1 fez curso de aperfeiçoamento (180h).

Já na questão que pedia para informar se já desenvolveu ou está desenvolvendo projeto acerca das temáticas abordadas nas leis 10.639/03 e 11.645/08, 50% responderam que sim e os outros 50% disseram que não.

Nesse sentido, a contribuição do Neabi no curso de formação dos/das servidores municipais de educação vai ao encontro dos princípios sociais e democráticos de constituição dos institutos federais de educação, que têm na sociedade seus princípio e referência normativa e valorativa. Logo, sua atuação só “será inovadora quando puder promover o necessário equilíbrio entre a busca de excelência, sem exclusão interna e externa e com compromisso de novas articulações sociais” (LEITE, 2005, p. 27), favorecendo, assim, o acesso ao conhecimento e promovendo a inclusão social.

Considerações finais

Através deste relato tivemos a intenção de descrever a experiência que o Neabi do IFNMG *Campus* Pirapora teve na elaboração do I Sabiafro. É importante lembrar que na proposta deste seminário, buscou-se elaborar momentos de discussão que estivessem interligados ao tema da implementação das políticas de ações afirmativas na Educação, decidido pelos membros do Neabi desde a primeira reunião.

Trazendo uma proposta de trabalho multidisciplinar, o Neabi alcançou o objetivo de promover discussões a respeito das políticas de ações afirmativas e da inclusão história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo, por meio de exposições de trabalhos, formação docente, debates temáticos e socialização de ações. Isso se pôde medir também por meio das respostas obtidas via formulário de avaliação das atividades, de modo geral com recepção positiva e relatos de aprendizados.

No percurso do processo do presente trabalho, pôde-se verificar a construção de um trabalho coletivo com agentes diversos em prol do sucesso do evento. E ainda a disposição dos servidores docentes e técnicos na implementação de uma educação antirracista na instituição, de modo a se colocaram como protagonistas do processo, expressando

Sabiafro – quando escola e comunidade se encontram para construir conhecimento antirracista publicamente sua aderência aos princípios éticos, intelectuais e políticos relativos à educação das relações étnico-raciais contribuindo, assim, para a construção de um trabalho multidisciplinar.

Conclui-se, portanto, que o I Sabiafro gerou impactos positivos, quer na produção de subjetividades e na autoimagem dos/das envolvidos/as no processo, quer no conjunto de conhecimentos apropriados para se refletir sobre a implementação das políticas de ações afirmativas aplicadas na educação, especialmente no tocante às leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo. Como diz o Parecer 03/04 do Conselho Nacional de Educação, “a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula.” Nesse sentido, o Neabi, órgão institucional constituído com a finalidade de promover e discutir as relações étnico-raciais no *campus*, compreende que este projeto deve acontecer num processo contínuo, organizando anualmente novas edições, pautados em temas que estejam em interatividade com as discussões atuais no âmbito político, acadêmico e social.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 jun. 2004.

FERREIRA, Anne de Matos Souza; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) institucionalizados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no período de 2006 a 2017. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 215-242, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n5ID1106. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1106>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GOMES, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. **Actas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa** – SIIe05. Portugal: Escola Superior de Educação de Leiria, 2005, p. 311-315.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG. **Resolução nº 155**, de 15 de abril de 2021. Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (NEABI/IFNMG). Montes Claros: Conselho Superior do IFNMG, 15 abr. 2021.

LEITE, Denise (Org.). **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de; COSTA, Ricardo Dias da. Produção de conhecimentos, formação política e enfrentamento ao racismo na educação brasileira (Dossiê LEAFRO 10 anos). **Repecult** - Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura – II Dossiê, v. 4, n. 6, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/REPECULT/article/view/270/614>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidades e objetivos. In: **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 28 fev. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

SANTOS, Magnaldo Oliveira dos. Anais do III Encontro Nacional do GT História Das Religiões e das Religiosidades – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub_3.html. Acesso em: 28 fev. 2023.

Notas

ⁱ O processo é acompanhado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), conforme detalhamentos no site da instituição: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-61/.

ⁱⁱ A construção dos temas privilegiou uma visão positiva e de valorização da identidade negra e indígena. Dentre outros temas, foram trabalhados: a) Intelectuais negras brasileiras: Lélia Gonzales, Djamilia Ribeiro, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Marielle Franco, Neuza Santos Souza, Antonieta de Barros; b) Mulheres negras na literatura brasileira: Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes, Cidinha da Silva, Mel Duarte, Esmeralda

Ribeiro, Cristiane Sobral, Lia Vieira etc.; c) O lugar do/da negro/a e do/da indígena na indústria da moda; d) Intelectuais indígenas brasileiros: Ailton Krenak (Povo Krenak), Daniel Munduruku (Povo Mundukuru), Cacique Raoni Metuktire (Povo Kayapó), Werá Jequaka Mirim – Kunumi MC (Povo Guarani Mbyá), Katú Mirim (Povo Boe Bororo), Myrian Krexu (Povo Guarani Mbyá), Denilson Baniwa (Povo Baniwa); e) Mitologias e religiões de origem africana: os orixás e suas simbologias, as entidades abordadas em religiões, como Candomblé e Umbanda; f) Expressões da música negra 1: urbana / de rua - Rap, Hip hop, bailes Black - Expressões da música negra 2: o tambor e suas expressões: O Samba, o samba de roda, o samba de terreiro, samba chula etc.

ⁱⁱⁱ O IFNMG *campus* Pirapora conta com 04 cursos presenciais de nível técnico, na modalidade integrado ao ensino médio, a saber, Técnico em Edificações, Técnico em Informática, Técnico em Vendas e Técnico em Sistemas de Energia Renovável; e 03 cursos presenciais de nível superior, que são Bacharelado em Administração, Bacharelado em Engenharia Civil e Bacharelado em Sistemas de Informação.

^{iv} Em parceria entre o NEABI e a Associação de Capoeira Amaê Berimbarte, nos meses de outubro e novembro de 2022, foi desenvolvido no *campus* Pirapora o projeto “Por mais mulheres na capoeira”, com oficinas de capoeira ministradas pela Mestre Lu Baobá.

^v a) As políticas de ações afirmativas devem continuar no mesmo formato; b) As políticas de ações afirmativas devem continuar, mas serem abandonadas em breve; c) As políticas de ações afirmativas devem continuar a existir a longo prazo, mas com mais propostas; d) As políticas de ações afirmativas devem acabar.

^{vi}<https://www.varzeadapalma.mg.gov.br/portal/noticias/03/5072/profissionais-da-rede-municipal-de-ensino-participaram-do-i-seminario-de-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-i-sabiafro/>.

Sobre os autores

Márcia Moreira Custódio

Professora de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Pirapora. Doutora em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Presidente do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi – do IFNMG *campus* Pirapora. E-mail: marcia.custodio@ifnmg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9168-6367>.

Bianca Magela Melo

Professora substituta de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Pirapora. Doutora em Letras: Estudos Literários - UFMG (2020). Mestrado em Comunicação Social - UFMG (2011). Graduada em Letras e Comunicação Social. E-mail: bianca.silva@ifnmg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6127-5284>

Recebido em: 30/03/2023

Aceito para publicação em: 04/08/2023